



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS SOBRAL
CURSO DE PSICOLOGIA

FRANCISCA LÍLIAN DA SILVA

RACISMO E GÊNERO NO BRASIL DE ALEXANDRA LORAS E PRETA
RARA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

SOBRAL
2018

FRANCISCA LÍLIAN DA SILVA

RACISMO E GÊNERO NO BRASIL DE ALEXANDRA LORAS E PRETA RARA:
UMA ANÁLISE CRÍTICA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará – *Campus* Sobral, como requisito parcial para obtenção do título de graduada em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Camilla Araújo Lopes Vieira.

SOBRAL

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S58r Silva, Francisca Lillian da.
Racismo e gênero no Brasil de Alexandra Loras e Preta Rara : uma análise crítica / Francisca Lillian da Silva. – 2018.
31 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Curso de Psicologia, Sobral, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Camilla Araújo Lopes Vieira.
1. Mulher negra. 2. Corpo. 3. Racismo. 4. Sexismo. 5. Mito da democracia racial. I. Título.
- CDD 150
-

FRANCISCA LÍLIAN DA SILVA

RACISMO E GÊNERO NO BRASIL DE ALEXANDRA LORAS E PRETA RARA:
UMA ANÁLISE CRÍTICA

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Psicologia da
Universidade Federal do Ceará – Campus
Sobral, como requisito parcial para
obtenção do título de graduada em
Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Camilla Araújo
Lopes Vieira.

Aprovada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Camilla Araújo Lopes Vieira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Nara Maria Forte Diogo Rocha
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Francisca Denise Silva do Nascimento
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Em um ciclo de cinco anos, não posso dizer que vivi um sonho, mas que o construí ao longo do caminho. E, nesse processo, não poderia deixar de agradecer às duas pessoas mais que especiais na minha vida: meus pais. Sei que nunca foi fácil, mas hoje e sempre meu coração é todo gratidão, sem vocês, nada disso seria possível. Amo vocês!

Às minhas amigas do “Fab. Four”, por se manterem presentes em momentos que nem eu mesma me queria por perto. Obrigada pelo companheirismo e parceria!

Às minhas meninas do “Arquivo”, obrigada! Vocês foram cais quando tudo parecia estar sendo levado pela correnteza. As risadas, apelidos criativos e o dialeto próprio jamais serão esquecidos. Vocês têm um lugar especial no coração dessa “pote” aqui!

Ítalo e Leninha, vocês são da ordem do inominável. Nada que eu fale, nada que eu escreva, conseguirá expressar tudo o que vocês significaram e significam para mim. Muito do meu desenvolvimento pessoal e acadêmico devo a vocês. Obrigada por tudo!

À minha orientadora, Camilla Lopes, a quem eu tanto admiro e tenho como inspiração. Agradeço por sua sempre tão acalentadora fala e sua imensa paciência nesse processo de descobrimento do meu trabalho e de mim mesma. Esse trabalho tem muito de mim, mas também tem você!

A todos os militantes negros e todas as mulheres negras que combatem diariamente as mais diversas formas de opressão, em especial, o racismo e o sexismo. Ubuntu!

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar como a objetificação do corpo da mulher negra vem contribuindo para a manutenção das discriminações racial e de gênero no Brasil, a partir de imagens do Instagram. Buscamos identificar como essa objetificação se apresenta, gerando uma contextualização com o cenário racista e sexista do país. Para a realização dessa investigação foi utilizada revisão bibliográfica sobre materiais que versassem sobre a temática mulher negra, racismo e sexismo, seguindo a metodologia qualitativa de análise crítica do discurso. Para a análise foram utilizadas publicações de duas web-celebridades importantíssimas para o debate, são elas: Alexandra Loras e Joyce Fernandes, mais conhecida como Preta Rara. Ambas utilizam o Instagram, rede social escolhida para a triagem das publicações relevantes para o tema, datando de novembro 2017 a outubro de 2018. A partir das análises foi identificado que a mulher em geral ainda representa um segmento marginalizado na população brasileira e, a mulher negra, principalmente. Mulheres negras rompem com os ideais estabelecidos e, por isso, movem as estruturas de uma sociedade majoritariamente branca e masculina, causando desconforto àqueles que sempre estiveram em posição de dominação. Além disso, com o avanço das discussões, o segmento negro brasileiro passou a reivindicar seu lugar de direito, fomentando e instigando cada vez mais o debate sobre racismo. No caso das mulheres negras, também do sexismo.

Palavras-chave: Mulher negra. Corpo. Racismo. Mito da democracia racial. Sexismo.

1 INTRODUÇÃO

Gilberto Freyre (2003, p. 73), em sua obra clássica, “Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal”, nos apresenta o provérbio “Branca para casar, mulata para foder, negra para trabalhar”. Há muito o que se pensar a respeito desse ditado, mas é inegável a natureza racista e de subalternização em que a mulher é colocada, aqui, mais especificamente, a “mulher de cor”. Entendendo “mulher de cor” – termo cunhado por autores como Frantz Fanon e Afonso Romano de Sant’anna – como a mulata, a crioula, a parda, a morena, a negra é possível perceber o lugar de objeto que essas mulheres ocupam no imaginário social patriarcal e racista.

Isso se dá no imaginário social patriarcal, pois desde o período escravocrata, até mesmo antes, mulheres negras são postas em condição de submissão e erotização por seus senhores. Gilliam e Gilliam (1995, p. 529) dizem que tal condição da mulher negra servia para “manutenção e perpetuação da dominação patriarcal, especialmente no Ocidente”. Sant’anna (1985, p. 27) nos fala que “a rigor, poder-se-ia mesmo escalonar a dramatização do desejo, colocando a mulata como elemento mediador entre a branca e a prostituta. Ela é, de novo, o espaço da mestiçagem moral, o espaço do pecado consentido”. Apresentando a mulher branca como “esposável” e a mulher preta como “comível”. Ou seja, a “mulher de cor” é tida como objeto sexual exposto a toda perversidade a ela dirigida, enquanto a mulher branca é vista como a recatada, contida sexualmente e digna de casamento.

Prestes (2013, p. 35), corrobora com o dito acima ao apontar que “como objeto sexual, deviam servir aos seus senhores, justificando violências sexuais, sem direito a escolher companheiro (a), e com uma imagem erotizada que até hoje alimenta o estereótipo negativo de mulata associada à mulher negra”. Todas as mulheres sofrem as imposições da dominação patriarcal, mas à mulher negra acrescenta-se a questão racial, o que Carneiro (2011 *apud* Prestes, 2013, p. 37) vai denominar de “racismo patriarcal”. Ou seja, o racismo ligado ao sexismo, resultando em imposições de subordinação a mais para a mulher negra. Schumacher e Vital Brasil (2007 *apud* Prestes, 2013, p. 36) corroboram com o dito acima ao explicitar que

Agregando-se o recorte de gênero e o recorte de raça, observa-se a mulher negra na situação mais desprivilegiada, ocupando, na sociedade, o pior lugar no estrato de poder, perdendo para o homem negro, que por sua vez perde para a mulher branca, ficando o homem branco no lugar mais privilegiado.

Assim, pode-se perceber as origens desse discurso que objetifica e erotiza a mulher negra “marcando o território como a mulher quente e boa de cama” (LINHARES, 2015). Sant’anna (1985, p. 41) traz a questão “sobre a origem e as marcas desse discurso erótico, que é um discurso masculino a propósito das mulheres, mas que quer se passar como discurso feminino”. Continua dizendo que “evidentemente, numa sociedade onde a mulher praticamente não tinha voz social, esse era um recurso “natural”; fazê-la falar, ainda que ventriloquamente, pela voz masculina de seu proprietário, que a exhibe concreta e literariamente nos salões e terreiros”. Isso vem se mantendo devido a forma como as relações sociais e as expressões de poder foram sendo estabelecidas historicamente e assimiladas até os dias atuais.

No imaginário social racista, a objetificação das mulheres negras ocorre porque estão formuladas como força em oposição à feminilidade delicada e pura da mulher branca. A mulher negra encontra-se fora da definição de delicadeza (GILLIAM E GILLIAM, 1995, p. 541). Segundo Prestes (2013, p. 40), tal característica serve a um estereótipo estabelecido socialmente de que mulheres negras são/têm que ser fortes, anulando uma série de outras especificidades relativas a essas mulheres. Esse é o problema dos estereótipos, a redução de toda a história de um povo à determinada característica que serve como mantenedora de um padrão hegemônico – o da branquitude.

Hooks em seu texto “Vivendo de amor” fala que

Como o racismo e a supremacia dos brancos não foram eliminados com a abolição da escravatura, os negros tiveram que manter certas barreiras emocionais. E, de uma maneira geral, muitos negros passaram a acreditar que a capacidade de se conter emoções era uma característica positiva. No decorrer dos anos, a habilidade de esconder e mascarar os sentimentos passou a ser considerada como sinal de uma personalidade forte.

Dessa forma, cria-se uma representação no imaginário social que mulheres negras por serem mais fortes, precisariam de menos cuidado, carinho e atenção. Assim, ficam à mercê das violências sexual, psicológica e física, já que há um discurso que fala sobre sua grande resistência, capacidade de se defenderem sozinhas e superação. O mesmo não ocorre com a mulher branca, legitimando a discriminação racial e um discurso que as põe em lugares distintos. Com isso, constata-se que, embora mulheres em geral sofram o sexismo, as implicações deste aliado ao racismo sofrido pelas mulheres negras, as colocam em uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais (CARNEIRO, 2003, p. 129).

Nesse sentido, é importante também versar sobre o mito da democracia racial que se estabeleceu no Brasil. Mulheres negras excluídas e marginalizadas, buscam se integrar em uma sociedade que as ridiculariza e oprime, obrigando-as a encarnar a ideologia do embranquecimento, negando suas raízes em prol de reconhecimento da classe dominante. Carone (2002, p. 13-14 *apud* CFP, 2017, p. 42), apresenta dois vieses da temática do embranquecimento; como resultado da intensa miscigenação entre negros e brancos, e como pressão cultural exercida pela hegemonia branca, para que o negro negasse a si mesmo no seu corpo e na sua mente visando se ajustar a nova ordem social.

Muitas mulheres negras ainda negam seus valores, normas e atitudes com o objetivo de serem reconhecidas como pertencentes a uma identidade racial tida como positiva, visto que, a identidade racial negra foi e ainda é tida como inferior, degenerada e suja. Segundo Gonzalez (1984, p. 228), “como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra”, pois, ao mesmo tempo em que tem sua imagem deificada – como musa dos carnavais, por exemplo – essa mesma mulher é, também, a empregada doméstica submetida aos patrões; “seu corpo, historicamente destituído de sua condição humana, coisificado, alimentava toda sorte de perversidade sexual que tinham seus senhores” (NOGUEIRA, 1999, p. 44).

Diante do exposto e do momento atual em que o Brasil vive, com mulheres em geral assumindo seu lugar de fala e de luta por espaço em todos os âmbitos da sociedade – mesmo que ainda não de forma prevalente – este trabalho teve como objetivo analisar como a objetificação do corpo da mulher negra contribui para a manutenção das discriminações racial e de gênero no Brasil. Buscando, através de revisão bibliográfica e de uma análise crítica do discurso de duas potentes figuras no cenário web – Alexandra Loras e Joyce Fernandes (Preta Rara) – compreender como a objetificação se apresenta, contextualizando com as discriminações racial e de gênero e, por fim, analisar suas implicações.

Numa tentativa de propiciar a reflexão e intervir nesse cenário de discriminação em que mulheres são subalternizadas e, especificamente, mulheres negras são excluídas e violentadas pelas ideologias de gênero e raça, este trabalho abre espaço para discussão acerca da temática supracitada. Num país como o Brasil que nega a existência de desigualdades de gênero e racial, é crucial a atualização dessas questões seculares que ainda hoje vêm sendo escamoteadas em favor da redução de conflitos e manutenção dos privilégios da classe dominante – hegemonicamente branca e masculina.

Portanto, enquanto mulheres estiverem sendo vítimas do patriarcado e, mulheres negras, não só dele, como também do racismo, esta discussão se faz importante.

2 METODOLOGIA PROPOSTA

Segundo Pereira (2014, p. 9), “a revisão bibliográfica é a releitura e a reanálise das bibliografias com seus resultados, suas metodologias, suas abordagens e conclusões sobre o tema”, além de ter “como premissa verificar, comparar, analisar as informações contidas nas bibliografias selecionadas de acordo com o tema escolhido”. Assim, para o desenvolvimento deste trabalho, de cunho qualitativo, utilizamos de revisão bibliográfica e trabalhamos com a metodologia de análise crítica do discurso.

A revisão bibliográfica se baseará em publicações científicas que versem sobre negritude, branquitude, mulheres negras e racismo em geral a partir de resumos e fichamentos dos livros e artigos científicos lidos. A análise crítica do discurso se debruçou sobre o discurso propagado pelas webs celebridades Alexandra Loras e Joyce Fernandes (mais conhecida como Preta Rara) em seus perfis no Instagram.

A rede social Instagram foi escolhida, pois, de acordo com Pereira (2014, p. 22),

Um estudo da SumAll, uma ferramenta de analytics que monitora mais de 100 mil empresas em redes sociais e avalia mais de 290 bilhões de ações sociais por ano, analisou as maiores plataformas sociais (Instagram, Facebook, Twitter e Google+) e mostrou que engajamento dos fãs/seguidores no Instagram é quase três vezes maior que qualquer outra rede social

O Instagram é uma mídia social que oferece “diferentes possibilidades de interação e participação entre os usuários” (PEREIRA, 2014, p. 17), o que explica o seu grande crescimento desde 2009, quando foi criado. Como espaço de criação e compartilhamento de mídia espontânea, se configura para o público em geral como terreno fértil, e para as celebridades, em específico, que o utilizam de modo pessoal ou profissional, como meio de publicitar ou compartilhar o seu trabalho com os demais usuários e seguidores.

A metodologia de análise crítica do discurso consiste em verificar as condições de produção do discurso para analisar o “como é dito” e não “o que é dito” a partir das posições ocupadas pelos sujeitos do discurso. De acordo com Ramalho e Resende (2004, p. 185), “a ADC procura estabelecer um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e recursos lingüísticos selecionados por pessoas ou

grupos sociais”. Sendo assim, o discurso enquanto prática social, deve ser compreendido em sua estrutura (sociedade/contexto) e em sua ação sobre o mundo, na medida em que é socialmente construído.

Ramalho e Resende (2004, p. 186) apontam o caráter emancipatório como característica dominante da análise crítica do discurso. Segundo as autoras, “por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, busca-se desnaturalizar crenças que servem de suporte a estruturas de dominação, a fim de favorecer a desarticulação de tais estruturas”.

Como método de investigação, a análise crítica do discurso foca em problemas sociais que tenham aspectos semióticos, identifica obstáculos para que esse problema seja resolvido, considera se a ordem social em algum sentido é um problema ou não, identifica maneiras possíveis para superar os obstáculos e reflete criticamente sobre a análise (FAIRCLOUGH, 2005, p. 311 e 312).

Portanto, para a análise dos dados recolhidos, fizemos primeiramente um levantamento bibliográfico sobre o que vem sendo falado a respeito da temática deste trabalho e em seguida realizamos triagem das publicações das webs celebridades supracitadas que tratam do mesmo tema para, só então, analisarmos criticamente os discursos propagados por elas a partir dos conceitos apresentados. As publicações datam de novembro de 2017 a outubro de 2018 e têm como critério de inclusão a relevância para o tema, ou seja, publicações sobre mulheres negras, racismo e sexismo.

A escolha das webs celebridades se deu pela relevância de ambas como pessoas públicas e com milhares de seguidores que tem uma causa em comum: ser mulher e ser mulher negra, denotando um lugar de fala que aponta para certo *locus* social. Aqui, Ribeiro (2017) nos explica que lugar de fala não se reduz apenas às experiências individuais distintas, “existe um estudo sobre como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala, à humanidade” (p. 67). Assim, a autora coloca o lugar social desses grupos silenciados como ponto principal para se pensar lugar de fala. Apontando a obviedade das experiências particulares de cada pessoa, a questão é levada ao campo da legitimidade que é dada há um grupo dominante e a outros, historicamente discriminados, não.

A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder [...]. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva (p. 70).

O que Preta Rara e Alexandra Loras fazem é possibilitar, através da representatividade, essa quebra no regime discursivo hegemônico, criando espaços para que mais pessoas se conscientizem dos lugares que ocupam e possam falar sobre eles sem serem caladas ou invisibilizadas. Portanto, “pensar lugar de falar seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia [...]” (RIBEIRO, 2017, p. 90).

3 SOBRE ALEXANDRA LORAS E PRETA RARA

Alexandra Loras, segundo sua página na web¹, é uma executiva, ex-consulesa da França que chegou ao Brasil em 2012; trabalha com diversidade étnico-racial dentro das organizações, mostrando a importância da conscientização sobre diversidade de gênero e de raça. Atualmente, se destaca como a única mulher negra CEO (diretora executiva) de uma multinacional no país, comandando a operação TRACE TV no Brasil – uma marca global de entretenimento voltado para o público afro. Graduada com Mestrado em Gestão de Mídia, os temas abordados por Loras reverberam não apenas na mídia nacional, como, também, na mídia internacional, provocando a reflexão e trazendo a discussão à sociedade.

Sobre sua exposição intitulada “*Pourquoi Pas*” (Por que não?), Alexandra, em entrevista concedida ao site Metrôpoles², diz querer “denunciar o apartheid vivido no Brasil a partir de uma narrativa estética. Mostrar como o genocídio da população negra e as poucas oportunidades dadas às crianças negras influenciam na falta de representatividade que temos nos espaços públicos”. Alexandra em seus trabalhos, palestras e workshops instiga a reflexão, questionando, por exemplo,

Como seria e como se sentiriam se os livros didáticos só apresentassem personalidades negras? Se na televisão todos os protagonistas fossem negros? Se na novela a mulher branca fosse representada como a faxineira ou com uma imagem hipersexualizada de uma mulher que sempre aparece para acabar com a vida de um casal feliz e saudável? Se o branco fosse sempre o traficante? Seria cruel, não seria?

¹ LORAS, A. Alexandra Loras: executiva, comunicadora, palestrante. Disponível em: <https://alexandraloras.com/>. Acessado em: 30 de outubro de 2018.

² LORAS, A. Quem é Alexandra Loras? A francesa que faz o Brasil repensar o racismo. Metrôpoles, 2017. Entrevista concedida a Sérgio Maggio. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/tipo-assim/quem-e-alexandra-loras-a-francesa-que-faz-o-brasil-repensar-o-racismo>. Acessado em: 30 de outubro de 2018.

Figura também importantíssima para o desenvolvimento deste trabalho é Joyce Fernandes, conhecida como Preta Rara. Iniciou sua carreira como rapper em 2006, em um grupo feminino de rap chamado Tarja Preta, hoje, já extinto. Graduada em História, diz que desde sempre teve que lidar com comentários preconceituosos sobre sua aparência e sobre estar “predestinada” a ser empregada doméstica, pois era mulher preta e pobre.

Em entrevista para a revista Cult³, Preta Rara conta que sua mãe dizia que quando pequena tinha muitos escritos, escritos rimados e foi aí que surgiu o rap em sua vida. Assim, fez do rap uma válvula de escape para uma série de preconceitos sofridos por ser mulher negra, gorda e filha de trabalhadores domésticos.

Preta Rara também conta que, por não conseguir emprego devido a sua imagem, trabalhou ainda sete anos como empregada doméstica antes de iniciar a graduação em História. “Foram os sete piores anos da minha vida”, ela diz para a revista Cult. Passou por muitas situações de abuso enquanto trabalhava em casas de classe média, até que decidiu expor suas experiências para outras mulheres e assim surge a página na internet chamada “Eu, empregada doméstica” que é idealizadora. Hoje a página conta com mais de 160 mil curtidas e possui projeção internacional. De acordo com a revista Cult,

Preta Rara integra uma nova geração de mulheres negras que faz barulho – na internet, nos palcos e nas ruas – diante de qualquer ranço de preconceito, seja de gênero, raça ou classe. É o que ela chama de geração incômodo: gente que está ali para incomodar com a sua fala, com seu estilo, com seu jeito de pensar, de se vestir, e com isso provocar algum tipo de mudança, por menor que seja, na cabeça das pessoas (MASSUELA, 2017).

Fica claro, a relevância dessas duas grandes webs celebridades que usam sua visibilidade na internet como instrumento de denúncia do racismo e da desigualdade de gênero, mais especificamente, visando sobremaneira que a sociedade brasileira abra os olhos e assuma as inúmeras violências sofridas por um grupo específico de pessoas – as mulheres negras. Homens e mulheres brancas apresentam suas dificuldades e desafios, assim como homens negros. No entanto, o objeto deste trabalho foca-se na mulher negra, que ocupa a base da pirâmide da hierarquia social e tem que lidar, cotidianamente, com as consequências de tal *locus*.

³ MASSUELA, A. **Rapper e arte-educadora, Preta Rara faz do desconforto seu motor criativo.** Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/preta-rara-faz-do-desconforto-seu-motor-criativo/>. Acessado em: 17/09/2018.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Nesta seção passaremos a explorar, pela análise crítica do discurso, as publicações triadas de novembro de 2017 a outubro de 2018. O objetivo é verificar através da análise das publicações como a objetificação do corpo da mulher negra se apresenta e se isso reverbera para a manutenção das discriminações racial e de gênero no Brasil.

IMAGEM 1



A primeira imagem, publicada dia 11 de junho de 2018, diz de uma mulher negra, cabelo crespo e colorido, grossos lábios e etc., trata-se da rapper Preta Rara. Na legenda de sua foto em seu perfil no Instagram, Preta Rara denuncia algo bastante comum para os negros e negras do Brasil – a tentativa de embranquecimento dessa população. Para a rapper “é o medo de falar preto ou preta, tentando embranquecer pra tornar mais leve”. Problema não raro em nosso país, o embranquecimento da população negra serve à uma classe dominante hegemonicamente branca e masculina que subjuga e marginaliza todos aqueles que diferem da ordem social já estabelecida. Bento (2002, p. 1 e 2) corrobora com o dito acima ao afirmar que

Quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando)

seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais.

CFP (2007) em seu livro *Relações Raciais: Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os)* aborda o racismo em três âmbitos: racismo institucional, interpessoal e pessoal ou internalizado. Expõe o racismo institucional como aquele que está no nível político-programático das instituições, ou seja, ligado

Às prioridades e escolhas de gestão que privilegiam ou negligenciam determinados aspectos, infligindo condições desfavoráveis de vida à população negra e indígena e/ou corroborando o imaginário social acerca de inferioridade dessa população, e, na contramão, atua como principal alavanca social para os (as) brancos (as) (p. 48).

Assim, o racismo institucional encontra espaço em estruturas públicas e privadas que são responsáveis pela violação dos direitos da população negra. Isso ocorre quando, por exemplo, as políticas públicas não se voltam para essa população, quando um negro (a) tem um salário menor que um (a) branco (a) exercendo as mesmas atividades ou quando a cultura negra é negada e desvalorizada dentro de um país cuja maioria de sua população é negra e etc. Mostrando “a falha do Estado em prover assistência igualitária aos diferentes grupos” (CFP, 2007, p. 48).

Enquanto o racismo interpessoal versa sobre “os processos de desigualdade política com base na raça/cor que ocorrem entre os sujeitos em interação”, o racismo pessoal ou internalizado diz da maneira trivial como os modelos de pensar e agir de cunho racista são tratados dentro da sociedade, “de modo que negros (as) por coerção e brancos (as) por benefícios interiorizam-nos e apresentam, muitas vezes, condutas que alimentam no imaginário social a representação de superioridade e inferioridade entre as raças” (CFP, 2007, p. 56 e 57).

O que observamos na fala da Preta Rara ao dizer que “o povo insiste em chamar as mulheres e homens pretos de moreno” traz à tona as dimensões interpessoal e pessoal/internalizada do racismo. É interpessoal, pois atina para a falta de tato nas relações entre negros e brancos. Brancos, geralmente, não sabem como lidar frente a uma pessoa negra, como chamá-la ou tratá-la. Isso aparece na fala da Preta Rara quando diz “quando corrijo a pessoa já logo solta: como vou lhe chamar? ”. Ao escolher chamar uma pessoa negra de morena, o que não está sendo dito?

Freud em *Psicología de las masas y análisis del yo y otras obras* já afirmara que “primero uno cede en las palabras y después, poco a poco, en la cosa misma” (1920-1922, p. 87). Evitamos ou não queremos chamar alguém de preto ou preta, pois, historicamente, essas palavras são carregadas de um teor pejorativo, construindo imagens e discussões do negro como aquele que “não presta”, muitas vezes tirando do povo negro o seu caráter humano. Nogueira (1999, p. 42) confirma essa condição quando, ao falar sobre a “instituição escravidão”, diz que “o negro não era persona. Não era um cidadão nascido livre, como pessoa jurídica; na condição de escravo, não era pessoa; seu estatuto era o de objeto, não o de sujeito. Assim, o negro foi alijado do corpo social, única via possível para se tornar indivíduo”.

IMAGEM 2



Em um país que nega a existência das desigualdades raciais ao afirmar que vivemos em uma democracia racial; em que brancos (as) e negros (as) convivem de maneira harmoniosa, ambos desfrutando das mesmas condições e regalias, é contraditório o incômodo que pessoas negras causam em determinados ambientes e situações.

Ao refletir acerca de quais ambientes e situações esse incômodo em relação à pessoa negra aparece, não demoraremos muito para concluir que espaços considerados nobres e de destaque ou, até mesmo quando uma pessoa negra ascende, se tornando bem-sucedida, o racismo se apresenta como tentativa de negar esse lugar. No imaginário social racista, só existem dois lugares destinados à pessoa negra: a miséria ou a prisão; dessa forma, se deparar com uma mulher negra em um restaurante de alto poder aquisitivo, por exemplo, gera espanto, pois, historicamente, esse não é o lugar que lhes foi reservado. Gonzalez (1984) traz em seu texto o que ela chama de “reinterpretação da teoria do lugar natural de Aristóteles” (p. 232), onde vai dizer que

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída (GONZALEZ, 1979).

Nessa perspectiva, é exatamente isso que a rapper Preta Rara denuncia na legenda de sua foto no Instagram publicada dia 29 de novembro de 2017: “eu dentro de um restaurante caro, comendo, pedindo a carta de vinho, daí eu incômodo, agora se eu estivesse dentro desse mesmo restaurante servindo, limpando, aí eu não incômodo, por que? – É o lugar dela ali, é para ela estar ali mesmo”, corroborando com a ideia de que

[...] o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...] (GONZALEZ, 1979, p. 232).

Historicamente atrelados à selvageria, ao que é arcaico, à falta de civilidade, homens e mulheres negras vivem cotidianamente a profundidade com que o racismo foi implantado em nosso país, revelando, em situações como a exposta acima, o caráter mítico da democracia racial e a “demarcação do lugar ocupado pelo povo negro [...] a demarcação ocupada pelo corpo como forma de rechaçamento social, de exclusão e de exploração desse corpo” (LINHARES, 2015, p.3).

O que Linhares (2015) expõe é a dualidade referente ao corpo da mulher negra, pois “transita entre feio e o belo, o nojento e o exótico, preguiçoso e o trabalhador. Assim, o corpo que trabalha, cozinha, cuida, limpa e amamenta, serve também para satisfazer os desejos sexuais dos homens [...]” (p. 4). Preta Rara enquanto autodeclarada mulher negra gorda, foge do estereótipo da mulata sensual que justifica o assédio e a

objetificação sexual, mas esbarra no estereótipo do corpo da mulher negra destinado ao serviço, “historicamente construído a partir da ama-de-leite, representada pela “mãe preta”, sendo este um dos estereótipos mais frequentemente relacionado ao corpo da mulher negra” (LINHARES, 2015, p. 5).

Portanto, ao dizer que se estivesse dentro do restaurante servindo e/ou limpando não incomodaria, Preta Rara denuncia esse viés de controle social de uma sociedade que não quer enxergar problemas intrínsecos a ela, o racismo e sexismo. E por que não quer enxergar? Enxergar implica assumir o problema e buscar soluções para o mesmo e, em uma sociedade em que homens e mulheres brancas são cercados de privilégios, assumir o racismo e o sexismo é abrir mão desses privilégios e aceitar sem medo e objeções os avanços dessas minorias.

IMAGEM 3



“Nosso passado dolorido não é fantasia, caraí! ” é como Preta Rara inicia a legenda da publicação do dia 2 de fevereiro de 2018, vista acima; em tom de revolta, a rapper expõe para milhares de seguidores em sua rede social o despudor e falta de sensibilidade com que o tema é tratado na “[...] última nação das Américas a abolir a escravização [...]” (CFP, 2007, p. 22). Carlos Moore (2007) explica que “a insensibilidade é produto racismo” (p. 23); o mesmo grupo que se mostra cuidadoso com seus

semelhantes e se compadece diante da doença de seus animais, é incapaz de olhar com sensibilidade para a problemática racial.

Em um país como o Brasil, atitudes como a da blogueira Tata Estaniecki, colocam em cena a tradição vergonhosa de esquecimento e não preservação da memória brasileira. Relacionado a isso, Lélia Gonzalez (1984) nos apresenta os conceitos de consciência e memória para explicar como estes digladiam-se entre si na tentativa de impor que todos somos iguais, todos brasileiros, mas que, na primeira oportunidade, quer calar a voz do segmento negro brasileiro. Ela fala que

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioulada, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. E apela prá tudo nesse sentido (1). Só que isso ta aí... e fala (p. 226).

A população negra do nosso país sofre com a falta de representação em instâncias de poder e destaque e, quando representados, na grande maioria das vezes veem a reprodução automática de estereótipos desrespeitosos e doloridos como o exposto acima, minando a autoestima dessas pessoas. De acordo com Bento (2002, p. 4) “[...] qualquer grupo precisa de referenciais positivos sobre si próprio para manter a sua autoestima, o seu autoconceito, valorizando suas características e, dessa forma, fortalecendo o grupo”. A população negra durante muito tempo foi e ainda é privada de referenciais positivos, salvaguardando apenas aos brancos esse direito.

Preta Rara continua dizendo “nossos símbolos também não pq já vi um monte de gente procurando turbante pra fantasia”, o contexto carnavalesco da publicação, nos revela quão arraigado o racismo é, a ponto de usar um longo período de dor e traumas como algo digno de homenagem. O viés natural com que Tata responde “em homenagem aos escravos”, nos remete à falta de conhecimento e autocrítica sobre o tema, nos mostrando, mais uma vez, que falta reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades sociais e raciais, negando a existência de discriminações pela cor, considerando o racismo como um problema único do negro. O que Bento (2002) nos alerta é que, não à toa brancos e brancas evitam falar sobre o assunto,

[...] pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo (p. 4).

Na imagem ao lado da foto de Tata, o que vemos é um desenho de Étienne Victor Arago, visto pela primeira vez em uma exposição da Igreja do Rosário do Rio de Janeiro em homenagem aos noventa anos da Abolição. O desenho se trata de Anastácia, escrava do século XVIII que usava uma máscara de ferro chamada máscara de Flandres. No imaginário da época, a escrava foi castigada a usar tal instrumento por ter recusado relações sexuais com um senhor de escravos.

Anastácia acabou morrendo de maus-tratos e tornou-se uma mártir negra pela sua história de resistência ao regime escravocrata.⁴ Diante disso, a indignação de Preta Rara não é para menos, visto que a escravidão no Brasil não foi um período de festa, muito menos motivo de orgulho para receber homenagem. No entanto, segundo CFP (2007, p. 43) “a abolição da escravatura no Brasil foi transmitida historicamente não como fruto da luta pela liberdade travada pelos negros (as) [...], ao contrário, ela foi transmitida como um presente por parte do grupo dominante”, o que nos faz pensar que, talvez por isso, existam atos que atrelam um passado medonho à um adereço de festa brilhante, pois nas profundezas do seu imaginário soa como uma recompensa. Mas, na verdade, beira à “escrotidão mesmo”, como diz a rapper.

Contudo, não nos deixemos enganar, não é por acaso que negros e negras são lembrados no período carnavalesco,

A gente sabe que carnaval é festa cristã que ocorre num espaço cristão, mas aquilo que chamamos do Carnaval Brasileiro possui, na sua especificidade, um aspecto de subversão, de ultrapassagem de limites permitidos pelo discurso dominante, pela ordem da consciência. Essa subversão na especificidade só tem a ver com o negro. Não é por acaso que nesse momento, a gente sai das colunas policiais e é promovida a capa de revista, a principal focalizada pela tevê, pelo cinema e por aí afora. De repente, a gente deixa de ser marginal pra se transformar no símbolo da alegria, da descontração, do encanto especial do povo dessa terra chamada Brasil (GONZALEZ, 1984, p. 239).

⁴ ANASTÁCIA. História de uma princesa bantu. Mar-2018. Disponível em: <https://www.centroanastacia.com/index.php/home/escravaanastacia>. Acessado em: 3 de novembro de 2018.

Por fim, Preta Rara fecha seu texto com um recorte da música “Olho de Tigre”⁵, do rapper Djonga. Ela coloca “ Dói na minha pele! E por essas que o @djongador tem razão: Sensação sensacional... Fogo nos racistas!”, os versos anteriores falam sobre como Djonga chegou onde chegou: devagar e com simplicidade. Ele canta “tem quem fica a ver navios/e tem quem chega longe de jangada”. Ou seja, apesar de todas as adversidades e falta de recursos – apresentado pela contradição entre navio e jangada – o rapper coloca que com força e resistência é possível chegar longe no combate ao racismo. Também militante da causa, Djonga traz em sua música versos como “um boy branco me pediu um high five/confundi com um Heil, Hitler” e “profissão nenhuma exige que analise pernas”, o primeiro, de forma sarcástica, faz alusão ao nazismo que defendia o arianismo como raça pura. O segundo denuncia o assédio que mulheres sofrem em instituições de trabalho.

IMAGEM 4



Em tradução literal, o que podemos ler na imagem acima, publicada no dia 24 de agosto de 2018, é: “Eu não me importo se uma mulher negra quer usar o cabelo dela liso ou em tranças, você não consegue dizer o que é profissional ou o que não é profissional baseado nos seus padrões brancos de beleza”. O que Alexandra Loras faz é

⁵ DJONGA. Olho de tigre. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/djonga/olho-de-tigre/>. Acessado em: 4 de novembro de 2018.

denunciar em seu perfil no Instagram a polêmica envolvendo a jornalista norte-americana Demetria Obilor.

A jornalista havia recebido críticas a respeito de seu corpo e seu cabelo dizendo que o primeiro era grande demais para as roupas que usava e o segundo não era limpo, julgando o seu profissionalismo a partir dessas características. É importante a reflexão sobre o teor das críticas e de que lugar elas partem. De caráter nitidamente racistas, tais críticas refletem o discurso hegemônico da branquitude, que coloca o seu grupo como universal, como padrão de referência de toda uma espécie em detrimento dos demais.

A partir disso, o que se quer é branquear a população negra, empurrando o povo negro a construir uma imagem depreciativa de si mesmos, pois se não tenho valor por ser quem sou, que eu seja outra coisa. E tudo o que uma sociedade movida pelo discurso branco quer, é o apagamento da história e identidade da parcela negra da população em favor da manutenção de seus privilégios. Assim,

O racista nega esse quadro e, o que é pior, justifica-o. Ele combate de maneira ferrenha qualquer proposta tendente a modificar o *status quo* sociorracial, usando dos mais variados argumentos universalistas, integracionistas e republicanos. Todos os argumentos apresentados em sentido inverso, todas as estatísticas aduzidas para demonstrar a prevalência, na América Latina, de um espantoso quadro da opressão racial são insuficientes; o racista é imune a tudo quanto não sejam as razões para a manutenção dos privilégios unilaterais que desfruta na sociedade (MOORE, 2007, p. 23).

No caso em questão, o profissionalismo da jornalista Demetria é colocado em cheque devido às curvas de seu corpo, às vestimentas e o modo como usa seu cabelo. O caso de Demetria contrasta com o trazido na imagem 2 deste trabalho; enquanto na imagem 2 trabalha-se com o viés da mulher negra para o trabalho, aqui vemos a depreciação intelectual da mulher negra por conta de seu corpo. Portanto,

Seu corpo negro, socialmente concebido como representando o que corresponde ao excesso, ao que é outro, ao que extravasa, significa, para o negro, a marca que, *a priori*, o exclui dos atributos morais e intelectuais associados ao outro do negro, ao branco: o negro vive cotidianamente a experiência de que sua aparência põe em risco sua imagem de integridade (NOGUEIRA, 1999, p. 43).

É exatamente o ponto que a jornalista toca ao dizer “[...] you don’t get to say what’s professional and what’s not professional based on your white standard of beauty”⁶;

⁶ “(...) você não consegue dizer o que é profissional e o que não é profissional baseado nos seus padrões brancos de beleza”.

a experiência de ter um corpo que precisa constantemente estar de sentinela em defesa de sua integridade como pessoa humana é resultado de uma cultura europeizante, que quer moldar o outro através do discurso colonizador branco que, pretendido como universal, torna-se incapaz de reconhecer as discriminações e desigualdades.

Embora o ocorrido tenha sido nos Estados Unidos da América, no Brasil não é diferente; segundo Hasenbalg (1982)

Neste ponto é interessante notar que nos Estados Unidos os negros e outras minorias raciais são as exceções reconhecidas à ideologia de igualdade de oportunidades, enquanto na sociedade brasileira, hierárquica e permeada por grandes desigualdades sociais, o ideal de igualdade de oportunidade é predicado fundamentalmente no terreno racial (p. 84).

Isto é, enquanto nos EUA a desigualdade racial é reconhecida, no Brasil, tenta-se a todo custo negá-la. Criou-se, literalmente, um ideal de que em nosso país todos são iguais e têm as mesmas oportunidades para não lidar com o problema das desigualdades raciais. Trata-se de um ideal literal, pois ao colocar todos sob o mesmo espectro, a diversidade de um país que se diz multicultural é apagada. Assim, para conquistar um lugar social, negros em geral e a mulher negra, em particular, precisam se embranquecer, ou seja, negar a sua identidade em prol de um lugar no paraíso racial – que na verdade, é hegemonicamente branco.

Assim, o caso de Demetria expõe os estereótipos atrelados a figura da mulher negra, mulher essa que é validada apenas pelo corpo e quase nunca pelo intelecto. Sobre isso, Conceição Evaristo⁷ diz que

[...] esse imaginário que se faz da mulher negra, que a mulher negra samba muito bem, dança, canta, cozinha, faz o sexo gostoso, cuida do corpo do outro, da casa da madame, dos filhos da madame. Mas reconhecer que as mulheres negras são intelectuais em vários campos do pensamento, produzem artes em várias modalidades, o imaginário brasileiro pelo racismo não concebe.

Diante disso, Souza (2007) afirma que, na busca por ascensão social, ou o negro rompe com o modelo hegemônico de ser e cria um rosto próprio para si, ou “a outra possibilidade alternativa, possibilidade impossível, em última instância, frágil utopia que reduz o negro a modelar-se segundo o figurino do branco, é aquela que, ao acenar com um ideal inalcançável, engendra no negro uma ferida narcísica por não cumprir este ideal” (p. 78), posto que o branqueamento é um ideal inatingível.

⁷ EVARISTO, C. Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. In: Carta Capital, mai-2017. Entrevista concedida a Djamila Ribeiro. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d>. Acessado em: 21 de novembro de 2018.

Então, de nada serve à jornalista, por exemplo, aceitar as críticas e mudar a sua forma de ser de acordo com o que a universalidade do pensamento branco pressupõe como correto, pois aderir a esses referenciais não garantirá sua aceitação social. O caminho proposto por Souza (1983), é o da construção de uma nova identidade gerada a partir da voz de homens e mulheres negras que lhes dê feições próprias e que seja fundada em seus interesses individual, coletivo, social e psicológico.

IMAGEM 5



Publicada no dia 26 de julho de 2018, na imagem acima, Loras expõe uma das formas de extermínio da parcela negra da população: a miscigenação. Mais acima na imagem vemos a frase “DESPAÑOL Y DINDIA PRODUCE MESTISO” que faz alusão à mistura de raças que ocorreu de maneira crescente sobretudo nas últimas décadas do período escravocrata. CFP (2007) explica que isso se deu, pois “nas últimas décadas do escravismo, quando o cenário político já indicava que a abolição aconteceria, começou-se a acirrar na elite nacional um temor de que o povo negro dominasse as terras brasileiras [...]” (p. 23).

Sobre esse temor Bento (2002, p. 19) vai dizer que

É compreensível o silêncio e o medo, uma vez que a escravidão envolveu apropriação indébita concreta e simbólica, violação institucionalizada de direitos durante quase 400 dos 500 anos que tem o país. Assim, a sociedade empreendeu ações concretas para apagar essa "mancha negra da história" [...].

Dessa forma, podemos dizer que o Brasil é um país em dívida com o segmento negro de seu povo, pois, na tentativa da elite branca de apagar essa “mancha negra da história”, há uma denúncia inconsciente de sua responsabilidade nesse processo de exclusão do povo negro e, negar isso, é uma forma de não assumir a dívida, evitando possíveis perdas de privilégios. Então, empreendeu-se duas estratégias para amenizar o medo branco e embarreirar os progressos da população negra. Tais estratégias, de acordo com CFP (2007), “deram alicerce ao racismo no Brasil [...]” (p. 23). São elas: as teorias a respeito do racismo e o branqueamento aliado ao mito da democracia racial.

Ambas as estratégias se complementam; as teorias racistas da época colocavam os negros como ameaçadores, inferiores, despreparados e menos evoluídos, estabelecendo uma hierarquia social em que brancos apenas por terem a pele clara já eram vistos como possuidores de um algo mais, carregando consigo um respeito desconhecido pela parcela negra.

Já o branqueamento se favorece da imagem negativa propagada sobre o povo negro, estabelecendo que “[...] o cruzamento racial foi a saída encontrada pela elite branca para resolver os diferentes problemas que a afligiam” (BENTO, 2002, p. 21). A partir da miscigenação entre negros e brancos, o objetivo era purificar o Brasil deixando-o o mais claro possível. E, por isso, em sua legenda, Alexandra Loras põe a miscigenação como forma de extermínio do preto, porque acreditava-se que ao longo do tempo o preto iria desaparecer.

O mito da democracia racial rearranja a temática da miscigenação investindo em uma imagem positiva desse processo. De acordo com esse mito, todas as raças do país desfrutavam das mesmas condições e oportunidades de existência e usou o mestiço como forma de incluir a raça negra. Na verdade, o que aconteceu foi que o mestiço por possuir a pele mais clara acabou sendo usado como ferramenta para escamotear o racismo existente com aqueles de pele mais retinta. Ou seja, “esse mito, ao longo da história do país, vem servindo ao triste papel de favorecer e legitimar a discriminação racial” (CARONE & BENTO, 2002).

Além disso, o mito da democracia racial, ao pressupor todos como iguais, evita conflitos, porque negando a existência de preconceito e discriminação racial não é preciso falar sobre e não falando sobre, tudo continua como está – favorecendo a elite

nacional branca. Como diz Ribeiro (2017, p. 41), “se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível”.

Portanto, “o mito da democracia racial se estabeleceu como uma imposição política: a proibição social de se falar em racismo”, é assim que CFP (2007, p. 46) o define. A democracia racial não é uma verdade quando se tem a pele escura. “No entanto, o silêncio não pode apagar o passado: esse tema é um permanente desconforto para os brasileiros e emerge quando menos se espera” (BENTO, 2002, p. 25).

IMAGEM 6



No início do corrente ano, uma notícia viralizou nos meios de comunicação de massa. Telejornais, redes sociais, revistas e jornais do mundo inteiro noticiavam a morte de Marielle Franco; mulher, negra, nascida e criada na favela da Maré, no Rio de Janeiro. Socióloga com mestrado em Administração Pública, foi eleita vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL com, aproximadamente, 46.502 votos. Também presidente da Comissão da Mulher da Câmara, Marielle foi assassinada em um atentado ao carro em que estava no dia 14 de março de 2018 com 13 tiros que atingiram o veículo, matando também seu motorista Anderson Pedro Gomes.

Após o acontecimento, uma onda de revolta se alastrou por nosso país, devido ao caráter suspeito de sua morte. Militante ferrenha dos direitos humanos, sempre esteve

engajada em causas sociais e defendia que “a política é fundamental para reduzir as desigualdades que nos cercam”. Durante seu mandato, a vereadora lutou contra desigualdade e pelos direitos das mulheres, do povo preto, da favela, das LGBTQs e de todas que viviam qualquer forma de opressão, sendo alvo de duras críticas por aqueles que não querem aceitar sua responsabilidade perante as minorias do país. Marielle, mulher, negra, lésbica, moradora da favela denunciava tudo aquilo que uma Câmara dos Vereadores majoritariamente branca e masculina quer, a todo custo, negar. No entanto, não se acovardou e, em 28 de fevereiro de 2018, foi nomeada relatora da Comissão que iria acompanhar uma intervenção federal no Rio de Janeiro. Em 10 de março do mesmo ano, a vereadora denunciou violência policial; 4 dias depois, Marielle é executada.

A imagem trazida por Alexandra Loras, no dia 8 de outubro de 2018, alude ao assassinato da vereadora. Com os dizeres “Marielle virou semente”, Loras chama atenção para a eleição de várias mulheres negras em meio ao caos das eleições 2018 no Brasil, “...nesse transtorno ideológico... um pouco de luz no meu coração”, como coloca a influencer. A revolta gerada pela morte da vereadora, acordou muitas mulheres para o combate das desigualdades no Brasil; coletivos, entidades e instituições se juntaram em defesa das mulheres e mulheres negras, em particular, pois de acordo com o Atlas da Violência de 2018, “considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%”. Marielle fugiu das estatísticas ao chegar em um lugar que muitas mulheres negras não chegam: lugar político, de destaque.

A morte de Marielle aponta para o genocídio da população negra que ocorre todos os dias dentro e fora das favelas do país. No prefácio da obra “*O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*” de Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes (1978, p. 21) coloca que “da escravidão, no início do período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso”. Ser negro no Brasil é nascer marcado, marcado pela sua cor e, muitos, já com os seus dias contados. “Atualmente, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras”⁸, pessoas que morrem simplesmente por serem quem são em uma sociedade que se recusa a olhar o racismo como um problema grave, que ver a morte de um negro ou negra como um bem, menos um (a). Os dias de Marielle foram longos, como mulher e negra, viveu até onde lhe foi permitido. Com muito

⁸ OLIVEIRA, C. Atlas da Violência 2017: negros e jovens são as maiores vítimas. Carta Capital, jun-2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-jovens-sao-as-maiores-vitimas>. Acessado em: 12 de novembro de 2018.

empenho em defender o mínimo, o direito a existência dessas pessoas, a vereadora balançou as estruturas. Apontou o dedo, cutucou a ferida, levantou o véu da cegueira racista, misógina, homofóbica e, com seu assassinato, escancarou que a

[...] estrutura racista e machista da sociedade não consegue lidar com a subversão. [...] subversão porque a sociedade sempre espera uma posição de subalternidade de mulheres negras, e faz disso regra. Uma mulher negra que ouse falar é demais para sua estrutura racista e patriarcal (PEREIRA, 2018).

Marielle foi assassinada por defender aquilo em que acreditava. E se isso não é problemático, talvez seja o momento de repensarmos nossos valores. Marielle Franco morreu, mas muitas outras Marielles se levantaram por todo o país. Marielle virou semente. E, por isso, não esperavam. Pessoas de todo o país começaram a se engajar mais em suas causas, estão pressionando para a resolução do caso, estão falando, revolucionando e não irão dar mais nenhum passo atrás. Marielle foi silenciada de forma brutal, mas o seu silêncio incomodou, e incomodou muita gente. Uma morte simbólica, de afirmação de poder, de privilégios. A morte de Marielle ceifou sua existência, mas também levou um pouco de cada mulher, de cada negra, LGBT, ativista, defensores dos direitos humanos. E, assim, também fez renascer um desejo de luta adormecido e, enquanto nos for possível, seremos todos Marielle. Marielle, presente!

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principal objetivo analisar como a objetificação do corpo da mulher negra contribui para a manutenção das discriminações racial e de gênero no Brasil, buscando contextualizar com o racismo e o sexismo propagado na sociedade brasileira. A análise foi fundamentada a partir de revisão bibliográfica e análise crítica do discurso de duas web-celebridades da rede social Instagram, sendo elas: Alexandra Loras e Preta Rara.

Procurando dar voz ao segmento mais marginalizado da população – a mulher negra – e buscando compreender criticamente os sentidos de seu discurso, este trabalho partiu do pressuposto de que a mulher negra é vista apenas como um corpo, podendo ser usado à bel prazer daqueles que o tomam como objeto e consideram-se donos do mesmo. Também se trabalhou com a ideia de que a suposta objetificação desse corpo implica na manutenção de discriminações tão caras a nossa sociedade, o racismo e o sexismo.

Portanto, a partir do levantamento bibliográfico e da análise crítica dos discursos das web-celebridades já citadas, constatou-se que a mulher, em relação ao homem, ainda ocupa um lugar marginal, desprivilegiado. E a mulher negra, mais ainda. Isso se dá devido a existência de um modelo idealizado europeu, que versa sobre como essas mulheres devem ser para serem aceitas, vistas e reconhecidas como dignas daquilo que homens e mulheres brancas não precisam lutar arduamente para obter: respeito e direito à existência. Modelo este que dizimou milhares de homens e mulheres negras, que arrancou esse povo da sua terra e apagou as suas raízes africanas a fim de obter controle sobre esses corpos. A mulher negra rompe, em si mesma, com os ideais que lhe foram impostos e, por isso, são silenciadas e apagadas a todo momento dos espaços onde circulam.

A análise e discussão a respeito das publicações de Alexandra Loras e Preta Rara, nos levaram a compreensão de que, atualmente, mulheres negras estão cada vez mais se levantando contra essa estrutura racista e patriarcal, não permitindo o aprisionamento de seus corpos em um modelo único dito como universal, mas criando novos modelos; os seus próprios. Mulheres que cansaram de serem apontadas como isso ou aquilo, que estão denunciando os abusos que seus corpos sofrem cotidianamente, seja pela sua cor ou formato.

No entanto, mesmo diante de avanços, a sociedade que abriga essas mulheres e esses corpos, ainda é fortemente referendada e influenciada pelo modelo branco europeu. Estruturalmente, o Brasil ainda se configura como um país racista que deslegitima suas mulheres e, principalmente, suas mulheres negras. Ocupando a base da pirâmide social, mulheres negras ainda são o maior alvo de violências racial e de gênero. De acordo com dados do Ministério da Saúde sistematizados por Goes (2016 *apud* CFP, 2007, p. 13), “elas são as mais violentadas e [...] as mais associadas à imagem de prostitutas e ‘amantes’”.

Enquanto mulheres em geral e mulheres negras em particular forem vítimas de discriminações por serem mulheres e por serem mulheres negras, isso implicará em uma sociedade que se mantém alheia aos seus problemas racial e de gênero. Muito já se conquistou em torno da temática de gênero, mas ainda se trata como tabu a temática racial. É preciso parar de ter medo e falar sobre, não há problema em assumir o racismo, o problema está em negá-lo com o argumento de que vivemos em uma democracia racial, quando sabemos que pessoas morrem todos os dias pela cor de sua pele, que, segundo o Atlas da Violência 2018, “em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%)”, que “em um período de

uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras”.

Portanto, é ingênuo e irresponsável continuar com o discurso mítico e falacioso da democracia racial. É urgente a reflexão sobre os papéis que estamos desempenhando diante desse cenário racista e sexista, uma vez que “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial” (FANON, 2008, p. 30) e à mulher negra apregoou-se um status de objeto, seja sexual ou de trabalho.

Em face disso, nosso trabalho concluiu, a partir da recuperação bibliográfica e análise crítica do discurso acerca da temática da objetificação do corpo da mulher negra e suas implicações para manutenção das discriminações racial e de gênero, que a mulher negra é fortemente negligenciada, seja por ser mulher, seja por ser mulher negra.

Assim como, a legitimação e autorização do discurso branco apaga essas mulheres, contribuindo para a manutenção das discriminações sofridas pela população negra. O desafio está na interpelação da sociedade acerca do seu discurso, a fim de provocar mudanças reais na estrutura hegemônica, como, também, de se perceber os diversos ataques sofridos por esse segmento.

REFERÊNCIAS

- BENTO, M. A. S. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Org.: Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).
- CARONE, I. & BENTO, S. A. M. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Ed.: Vozes, Petrópolis, RJ. 2002.
- CARNEIRO, S. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados 17 (49), 2003.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.
- FAIRCLOUGH, N. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica**. Traduzido por Iran Ferreira de Melo. Linha d'Água, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.
- FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, F. Prefácio. In: NASCIMENTO, A. do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1978.
- FREUD, S. **Psicología de las masas y análisis del yo**. In: STRACHEY, James. Obras Completas de Sigmund Freud. Standard Edition. Trad. José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1986a, v. XVIII, p. 63-136.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro, jun-2018.
- GILLIAM, A. e GILLIAM, O. **Negociando a subjetividade de mulata no Brasil**. Revista Estudos Feministas. v. 3, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, jul/dez, 1995.
- GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.
- HASENBALG, C. A. **Relações entre negros e brancos no Brasil**. In: Lugar de Negro. Org.: Carlos Alfredo Hasenbalg e Lélia Gonzalez, Editora Marco Zero Limitada, Rio de Janeiro, 1982.
- HOOKS, B. **Vivendo de amor**.
- LINHARES, K. **O corpo da mulher negra: a dualidade entre o prazer e o trabalho**. Paraná: Departamento de teoria e prática da educação, 2015.
- MOORE, C. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- NOGUEIRA, I. B. **O corpo da mulher negra**. Pulsional Revista de Psicanálise, ano XIII, n° 135, 40-45 1999.

PEREIRA, A. L. G. **Minha mãe – uma mulher negra extremista (?)**. Geledés, out-2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/minha-mae-uma-mulher-negra-extremista/>. Acessado em: 21 de novembro de 2018.

PEREIRA, D. B. e S. **O uso do instagram patrocinado de marcas como veículo de publicidade**. Brasília, jun-2014.

PRESTES, C. R. S. **Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras. Resiliência em mulheres negras: transmissão psíquica e pertencimentos**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2013.

RAMALHO, V. C. V. S.; RESENDE, V. de M. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANT'ANNA, A. R. **O Canibalismo amoroso o desejo e a interdição em nossa cultura através da poesia**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 1 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.